

Encarte Especial  
A elite do ensino superior



# banco de idéias

www.institutoliberal.org.br

Ano XIII - nº 47 - Jun/Jul/Ago - 2009 - R\$ 12,00

*Notas*

Lei dos Cibercrimes

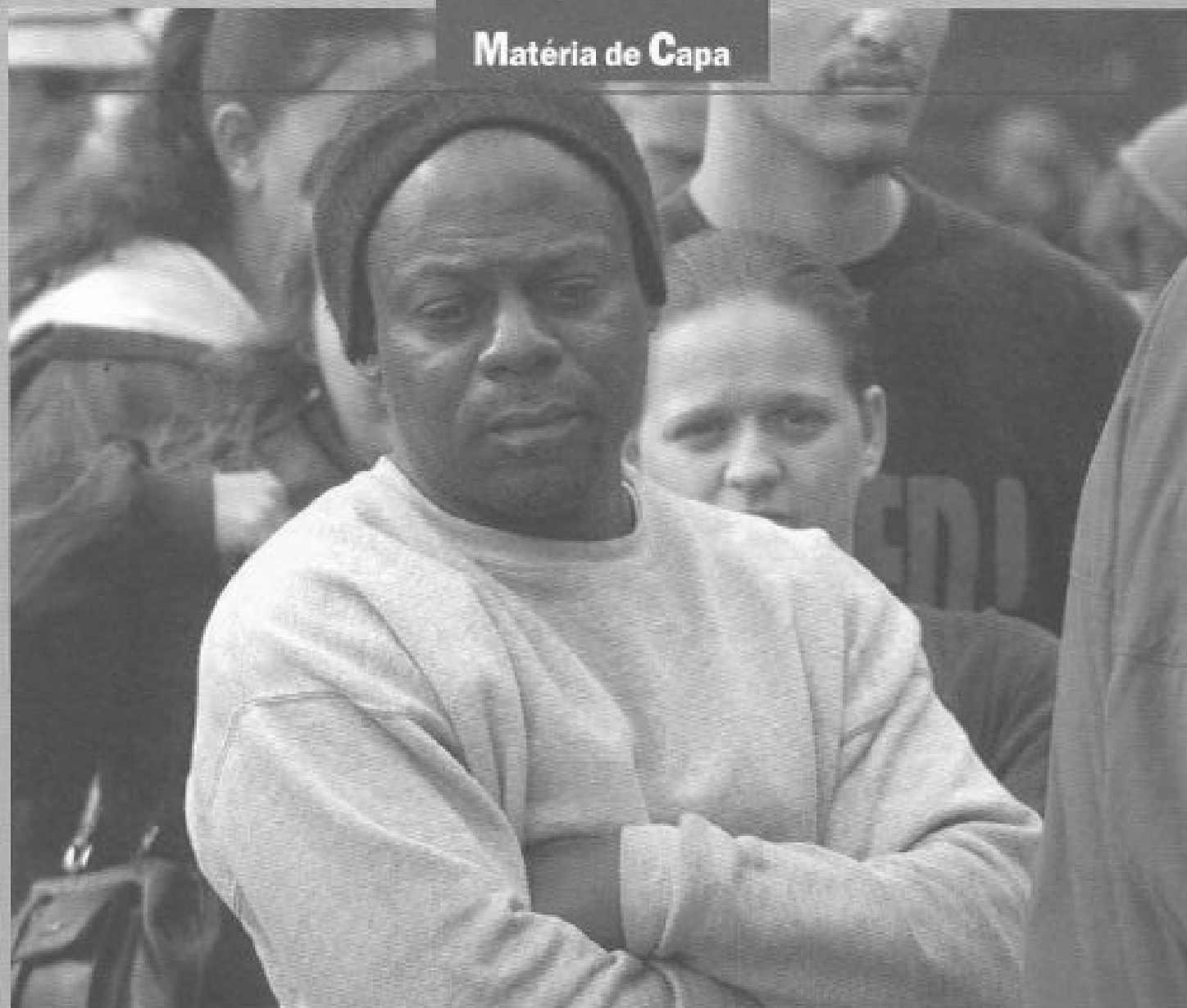
Democracia, Estado de  
Direito e Populismo na  
América do Sul

O Pré-Sal e a Crise Econômica

## Crise e emprego

Guilherme Afif Domingos

## Matéria de Capa



# Crise e emprego

**Guilherme Afif Domingos**

Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho de São Paulo e presidente do Programa Estadual de Desburocratização

**U**ma das características da crise que assola o mercado financeiro internacional, e que vem tendo um forte impacto negativo sobre as economias da maioria dos países, é a dificuldade de se chegar a um diagnóstico claro de suas origens, dimensionar sua real profundidade e extensão e, em consequência, avaliar os possíveis resultados das medidas adotadas pelos diversos governos.

Alguns diagnósticos se baseiam em uma visão ideológica e atribuem a crise ao neoliberalismo, seja lá o que isso queira dizer, ou às falhas naturais do mercado, e decretam o fim do capitalismo ou, pelo menos, a mudança radical da economia em todos os países, com maior intervenção e participação, em caráter permanente, do Estado. Para outros ela decorre do esgotamento

de um ciclo, e há os que apontam a falta de regulamentação do mercado financeiro como causa principal da crise. Argumentam que o mercado financeiro, ao ser deixado livre, exagerou em suas operações com "derivativos" e provocou o surgimento de "bolhas" especulativas que estouraram e produziram o caos na economia mundial. Alan Greenspan, que conduziu o FED durante 18 anos

## Matéria de Capa

A recessão atingiu as economias mais desenvolvidas, e seu preço mais dramático vem sendo o desemprego.

e era considerado o "oráculo" da economia americana, passou a ser acusado de responsável pela crise por ter sempre se apostado à regulamentação das operações financeiras. Greenspan acreditava que o sistema se autorregularia, e que seria inútil qualquer tentativa de regulamentação, porque, segundo ele, o mercado é muito dinâmico, de sorte que, "enquanto se estuda o que fazer, a situação já mudou devido à rapidez com que ocorrem as transações e ao fato de que o mercado é global".

Além disso, manifestava dúvida sobre se cabia ao FED atuar sobre o valor dos ativos ou apenas sobre a estabilidade dos preços dos produtos. Em sua defesa, argumenta que a crise não resultou da falta de regulamentação, mas de "honorabilidade", isto é, de ética, uma vez que "em um sistema de mercado baseado na confiança a reputação tem um significativo valor econômico".

Pode-se concordar com Greenspan que o problema não decorreu da falta de regulamentação, mas da falta de ética de muitos operadores do mercado; mas cabe indagar o que permitiu ou estimulou essa conduta de

privilegiar resultados de curto prazo, visando engordar os bônus dos executivos e operadores, sem qualquer preocupação com a segurança das operações. O expressivo crescimento do déficit público norte-americano, combinado com um longo período de taxas de juros baixas, ou até negativas, pelas quais Greenspan foi responsável durante muito tempo, propiciou um ciclo prolongado de prosperidade mundial, que beneficiou as nações emergentes, entre as quais o Brasil, e financiou o excesso de consumo da população americana.

Os baixos preços dos produtos chineses impediram que a expansão do consumo americano provocasse a inflação, mas a ampla liquidez e os juros baixos conduziram à "exuberância irracional" do valor dos ativos. Somese a isso a decisão do governo Clinton de assegurar uma casa para cada cidadão americano, o que levou o Secretário de Habitação, Andrew Cuomo, a determinar que as empresas semi-estatais Freddie Mac e Fannie Mae incrementassem os financiamentos habitacionais, especialmente para as minorias, o que levou a um relaxamento em

termos de seleção – procedimento que se generalizou para outras empresas.

Em nome do "social", não apenas se abandonaram critérios de seleção dos candidatos como, segundo muitos depoimentos, praticaram-se fraudes e irresponsabilidades no financiamento habitacional, gerando hipotecas que não garantiam os débitos. Os bancos, por sua vez, acreditando que a valorização dos imóveis continuaria indefinidamente, o que resolveria o problema da má qualidade das garantias, passaram a misturar "títulos tóxicos" a outros de boa qualidade em seus Fundos e os espalhar pelo sistema financeiro dos principais países. Quando começou a aparecer a inadimplência do subprime instalou-se uma crise de confiança no sistema financeiro, que "travou" o crédito internacional e internamente em muitas nações, provocando também forte desaceleração do comércio internacional.

A recessão atingiu as economias mais desenvolvidas, e seu preço mais dramático vem sendo o desemprego, que provoca medidas protecionistas em muitos países. As reações dos governos

## Matéria de Capa

e Bancos Centrais têm sido injetar vultosos recursos nas instituições financeiras e nas empresas, reduzir juros e estimular o consumo.

Em resumo, déficit público exagerado, liquidez excessiva e juros baixos estão na origem da crise, criando condições para as distorções que se seguiram. Será que as políticas que vêm sendo adotadas para controlar a crise – déficits públicos, injeção de liquidez e juros baixos – resolverão os problemas da falta de confiança no sistema financeiro, da queda dos preços dos imóveis e da inadimplência no mercado imobiliário? Será que tais medidas permitirão a volta dos empregos destruídos? Será que não é necessário reduzir o nível de consumo nos Estados Unidos e em alguns países europeus para se restabelecer o equilíbrio nos mercados? Somente o tempo dirá.

### A CRISE E O BRASIL

Diferente de outras oportunidades, o Brasil estava mais preparado para enfrentar a crise porque o setor externo, fonte tradicional de vulnerabilidade do País, estava tranquilo, com forte superávit da balança comercial, baixo endividamento internacional, câmbio flutuante e volume confortável de reservas cambiais. Além disso, a política fiscal, embora calcada mais em tributação do que no esforço de contenção dos gastos, permitia a obtenção de superávit. O sistema financeiro, saneado há mais de uma década com o PROER, manteve-se imune à contaminação dos "títulos tóxicos" e operava com baixo grau de alavancagem.

Cunhosamente, as defeitas da política econômica que impediram o Brasil de crescer a taxas mais elevadas, como os demais emergentes, transformaram-se em vantagens após a crise. A abertura modesta da economia reduziu o

impacto da retração do comércio internacional. As taxas de juros altas, os depósitos compulsórios elevados e a tributação exagerada oferecem ampla margem para a adoção de medidas anticíclicas que, no geral, não estavam disponíveis em outros países ou já foram utilizadas sem que a crise tenha sido debelada.

A crise internacional foi internalizada pelos canais do comércio exterior e do crédito. A redução das correntes de comércio interna-

**“A recessão atingiu as economias mais desenvolvidas, e seu preço mais dramático vem sendo o desemprego, que provoca medidas protecionistas em muitos países.”**

cional teve duplo impacto sobre a economia brasileira. As quantidades exportadas se reduziram significativamente, e os preços dos principais produtos de exportação sofreram acentuada queda dos preços, com reflexos negativos sobre investimentos, a renda e o emprego do setor. O outro canal foi a interrupção do crédito externo, que atingiu não apenas os financiamentos, inclusive do comércio exterior, como a fuga de capitais da Bolsa, secando as principais fontes de recursos das grandes empresas. Essa interrupção provocou uma rápida paralisação do crédito interno, não apenas pela falta dos recursos

externos, como, também, pela “aversão ao risco” que dominou o sistema financeiro nacional.

O desemprego se manifestou rapidamente em atitudes muitas vezes preventivas de grandes empresas, assustadas com o cenário internacional de grande incerteza e com forte desaceleração do mercado interno em consequência da retração do crédito. Desencadeou-se um processo de ajuste de estoques que provocou forte queda da produção industrial e aumento do desemprego.

O Banco Central demorou a entender a situação e, quando agiu, o fez com sua tradicional cautela, embora tenha atuado na direção correta, ao reduzir os depósitos compulsórios e a taxa SELIC em doses bastante modestas, se comparadas com as adotadas pelas autoridades monetárias de outros países. As medidas do governo, reduzindo tributos para alguns segmentos, inicialmente para a indústria automobilística e depois para os eletrodomésticos da linha branca e materiais de construção, tiveram impacto limitado sobre o consumo, a produção e o emprego.

Apesar de o volume de crédito na economia ter voltado aos níveis de setembro – antes da crise – a demanda cresceu muito em função da presença das grandes empresas, com o que os empreendimentos de menor porte não foram ainda contemplados com a volta dos financiamentos. As operações dos bancos de menor porte e das financeiras, tradicionais fontes de recursos das pequenas e médias empresas, somente agora, com o aumento das garantias aos seus títulos, começam a se recuperar.

A questão do emprego continua a ser muito séria, pois mesmo que haja uma certa estabilização nas demissões, imaginando-se que o pior da crise já tenha passado, o desemprego na

## Matéria de Capa

Grande São Paulo, segundo dados da Fundação Seade e do Dieese, atingiu 14,9% em março, o que significa 1,5 milhão de trabalhadores à margem do mercado de trabalho. Não se pode considerar que as obras do PAC, por mais propaganda que se faça a respeito, passam dar grande contribuição na geração de emprego, porque são projetos de capital intensivo e de longa maturação e, além disso, não são suficientes para compensar a retração dos investimentos privados.

O plano de construção de um milhão de casas ainda demora a sair do papel e será implementado gradativamente, mas o estímulo à construção civil é fundamental para fomentar a geração de empregos, embora seja importante que se leve em conta que esse fomento não pode ignorar as leis do mercado e comprometer a segurança das instituições financeiras com operações de risco muito elevado.

Mesmo se a economia crescer este ano o suficiente para estabilizar o nível de emprego na

patamar atual o desemprego, que já está muito elevado, deverá aumentar significativamente por conta do ingresso de cerca de dois milhões de pessoas que buscam uma oportunidade no mercado de trabalho. Estima-se que seria necessário um crescimento da ordem de 5% do PIB somente para absorver esse contingente de novos demandantes por emprego.

Enquanto o cenário econômico externo e interno far de incerteza, os investimentos privados, novos ou em expansão, não deverão retornar aos níveis anteriores, pelo que é preciso estimular os micro e pequenos empresários a criarem empresas e gerarem empregos.

Em 1º de julho começará a vigorar o MEI (Microempreendedor Individual), resultado da sugestão que tive a oportunidade de encaminharmos ao presidente Lula e que permitirá aos trabalhadores individuais, que hoje se encontram na informalidade, se legalizarem sem burocracia e com uma tributação baixa, que permitirá a mi-

lhares de pessoas terem comprovação de renda e tomarem-se não apenas consumidores, mas, sobretudo, cidadãos. O que se espera, também, é que essa legislação estimule o surgimento de novas iniciativas, atraindo o espírito empreendedor e a criatividade de muitas pessoas que atualmente não abrem um negócio por não desejar atuar na informalidade.

Nada disso, porém, substitui a necessidade de se retomar com urgência o crescimento da economia, o que exige novas reduções dos depósitos compulsórios e do SELIC, direcionamento de crédito para as micro, pequenas e médias empresas, e a diminuição horizontal de tributos como o IOF e o CSSL, em vez de beneficiar apenas segmentos com maior poder de pressão. É preciso, sobretudo, restabelecer a confiança dos empresários e dos consumidores para que a economia retome o dinamismo que vinha apresentando até setembro do ano passado. **bj**



### A ANÁLISE DO PATRIMONIALISMO ATRAVÉS DA LITERATURA LATINO-AMERICANA

O patrimonialismo (o Estado gerido como bem de família) está entranhado nos cantos mais profundos da nossa cultura. A obra de Ricardo Vélez Rodríguez revela, com clareza, o conjunto de valores dessa cultura através da literatura latino-americana. Em análise, obras de autores consagrados como García Márquez, Octávio Paz, Érico Veríssimo, entre outros.

**DH**  
DOCUMENTA  
HISTÓRICA

Rua da Cavallaria, 1 - Sl. 605 - Centro RJ - Cep 20091-001  
Tel.: (021) 2503-0492 - E-mail: editora@documentahistorica.com.br  
www.documentahistorica.com.br

**IL**  
INSTITUTO  
LITÉRARIO

Rua Maria Eugênia, 157 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ  
Cep 22261-090 - Tel.: (021) 2539-1115 - E-mail: il@il.org.br  
www.institutoiliterario.org.br